



PROJETO DE LEI Nº 114/2025

Dispõe sobre a responsabilização do usuário do sistema público de saúde que faltar, sem justificativa, a três atendimentos consecutivos previamente agendados nas unidades de saúde.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito das unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Divinópolis/MG, a responsabilização de usuários que se ausentarem, sem justificativa, a três atendimentos consecutivos previamente agendados.

Art. 2º Considera-se falta injustificada a ausência do usuário ao atendimento agendado sem a apresentação de justificativa prévia ou atestado médico em até 5 (cinco) dias úteis após a data do não comparecimento.

§1º A penalidade será de 6 meses de impedimento de agendar atendimento nas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Divinópolis/MG.

§2º Durante o período de suspensão, o usuário poderá receber atendimentos de urgência e emergência, conforme os critérios do SUS.

§3º A penalidade poderá ser revertida mediante apresentação de justificativas ou documentos comprobatórios que justifiquem as ausências, a serem analisados por comissão responsável designada pela Secretaria de Saúde.

Art. 3º Estão isentos da responsabilização os usuários que apresentarem:

I – Atestado médico;

II – Justificativa formal previamente protocolada ou apresentada em até 5 (cinco) dias úteis após a ausência;

III – Casos excepcionais devidamente analisados pela Secretaria de Saúde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Divinópolis/MG, 20 de maio de 2025

VÍTOR COSTA
Vereador e Líder do PT



JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei visa responder a um problema recorrente que compromete a eficiência e a justiça no acesso ao sistema público de saúde: o alto índice de faltas injustificadas de pacientes a atendimentos previamente agendados. Tal comportamento tem gerado prejuízos significativos para o funcionamento das unidades de saúde, especialmente na atenção básica e especializada, além de afetar diretamente outros usuários que aguardam por consultas e procedimentos.

Segundo profissionais da rede, há uma crescente falta de compromisso por parte de muitos pacientes, o que tem travado o sistema, ocupando vagas de quem realmente precisa e causando desperdício de recursos públicos. Ainda conforme relatos, há casos em que pacientes agendam horários e não comparecem nem avisam com antecedência, impossibilitando o remanejamento da agenda. Essa conduta não apenas desrespeita os profissionais de saúde, mas compromete todo o fluxo de atendimentos.

Do ponto de vista jurídico, a medida proposta encontra respaldo nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente o da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. É dever do poder público garantir que os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam aplicados de forma racional, equitativa e responsável. A ausência injustificada de usuários fere esses princípios e impõe ônus indevido ao Estado, que mantém estrutura, equipe e insumos para um atendimento que não ocorre. Além disso, o artigo 196 da Constituição estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, o que pressupõe também o dever do cidadão de colaborar com o bom funcionamento do sistema.

A proposta de suspensão temporária de novos agendamentos por até seis meses para quem faltar três vezes consecutivas sem justificativa não tem caráter punitivo extremo, mas educativo e regulador. Busca-se, com isso, reforçar uma cultura de responsabilidade e respeito ao bem público, além de garantir maior previsibilidade e disponibilidade de vagas para os usuários que realmente necessitam e comparecem aos atendimentos.

Assim, a aprovação desta lei se justifica pela necessidade de melhorar a gestão da saúde pública, combater o desperdício de recursos e garantir que o direito à saúde seja exercido com corresponsabilidade entre Estado e cidadão.

VÍTOR COSTA

Vereador e Líder do PT

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

QN2**JJM****G38****200**